

ENTREVISTA | **Virgínia Mendes**
Primeira-dama fala do SER Família
Mulher e dos demais programas de
assistência social idealizados por ela



TURISMO
Katya Regina Curvo Galitzki
Autora aprofunda na definição dos
conceitos sobre Turismo Sustentável

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

3 PODERES



EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO

Mato Grosso

ANO XXVII
EDIÇÃO Nº 77
JUNHO/2023

Virgínia Mendes
Primeira-dama
do Estado de
Mato Grosso

SER FAMÍLIA MULHER

Programa do
governo de
Mato Grosso é
apresentado no
Senado e se torna
referência nacional



DONA AEDE

DIGITAL INFLUDENQUER



COLOQUE AREIA
NOS PRATINHOS
DAS PLANTAS



ELIMINE FOCOS
DE ÁGUA PARADA
E CUBRA PNEUS
E GARRAFAS



LIMPE CALHAS,
PISCINAS E
QUINTAIS



Siga a gente nas redes sociais para ver tudo que a Dona Aede está postando sobre a Dengue.



**VAMOS CANCELAR
A DENGUE DE VEZ.**



**Governo de
Mato
Grosso**

Em defesa dos direitos das mulheres

A semana que passou foi frutífera em termos de parcerias, ideias comuns e exemplos de iniciativas importantes entre os poderes Legislativo e Executivo. A senadora Margareth Buzetti organizou uma importante audiência pública no Senado da República para discutir a dependência financeira da mulher brasileira, situação que contribui para com a violência doméstica.

A audiência foi bastante concorrida, com a presença dos outros dois senadores de Mato Grosso, Wellington Fagundes e Jayme Campos, além do deputado federal Fábio Garcia, com a participação de dezenas de outros parlamentares.

A presença de destaque desta audiência pública foi a primeira-dama de Mato Grosso, dona Virgínia Mendes, que levou até lá o seu programa Ser Família Mulher, pelo qual o governo do Estado promove ações para valorizar as mulheres mato-grossenses.

Foi um importante intercâmbio não apenas entre o Legislativo e o Executivo, mas ainda entre mulheres e gestoras com os mesmos ideais: promover a melhoria de vida das mulheres brasileiras.

Boa leitura!



João Pedro Marques, Diretor de Redação

SUMÁRIO

www.3poderesmatogrosso.com.br

JUNHO DE 2023 | EDIÇÃO 77

18 | ENTREVISTA | Virgínia Mendes
Primeira-dama fala do SER Família Mulher e dos demais programas de assistência social idealizados por ela

03 | CARTA DO EDITOR

04 | DIREITOS DA MULHER

06 | OPINIÃO | Sérgio Ricardo

10 | EXECUTIVO EM AÇÃO

12 | PARLAMENTO EM MOVIMENTO

14 | DIREITO, JUSTIÇA & CIDADANIA

16 | DEFESA DA MULHER

24 | CARTA DE CUIABÁ

26 | TURISMO | Katya Regina Curvo Galitzki

28 | SAÚDE MENTAL



RDM 3 PODERES MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNNEN GALITZKI

IMPRESSÃO:



A REVISTA RDM 3 PODERES MATO GROSSO É UMA PUBLICAÇÃO



O GOVERNO DE MATO GROSSO TRABALHA FORTE E INVESTE PESADO PARA COMBATER AS QUEIMADAS E O DESMATAMENTO ILEGAL

Aqui é tolerância zero para quem comete esses crimes. A vigilância é feita por satélites de última geração, e nada vai passar despercebido. Tem multa pesada e embargo de propriedade.



**TOLERÂNCIA
ZER** 

Denuncie:

0800 065 3838 e 193



**Governo de
Mato
Grosso**



Desenvolvimento com sustentabilidade: um desafio global

Em 2020, os incêndios no Pantanal mataram milhões de animais e destruíram quatro milhões e meio de hectares de vegetação, mais de 30% do bioma. O paraíso da biodiversidade virou um inferno. Um pesadelo real. A seca prolongada, fruto das mudanças climáticas, e o desmatamento nas cabeceiras dos rios, estão sacrificando este Patrimônio Natural Mundial, esta Reserva da Biosfera.

O Brasil queimou mais de 185 milhões de hectares entre 1985 e 2022, quase 22% do território nacional. O Cerrado e a Amazônia concentraram 86% das queimadas. O desmatamento e a ocupação avançam rapidamente.

A Amazônia perdeu 12% da sua área de floresta em 37 anos, mais de 44 milhões de hectares de vegetação nativa. Em 1985, apenas 6% da Amazônia eram áreas antropizadas - pastagens, lavouras, garimpos ou centros urbanos.

Em 2021, essa área quase triplicou, chegando a 15%.

Se continuar nesse ritmo, o bioma, que é um sumidouro de carbono de importância planetária, chegará a um ponto sem volta, afetando todo o ecossistema mundial e tornando a Amazônia uma savana.

Os garimpos ilegais despejam mercúrio nos rios, contaminando os peixes e adoecendo as comunidades indígenas. As ameaças ao meio ambiente incluem o despejo de esgoto na maioria dos rios que formam o pantanal, além do lixo e da poluição urbana e industrial.

As alterações climáticas extremas em escala mundial, acenderam o alerta sobre o aquecimento global, suas causas e consequências. Promover o desenvolvimento sustentável já não é apenas uma meta, é uma questão de sobrevivência para a humanidade.

O Brasil precisa de políticas públicas e modelos de



NO TRÂNSITO, FAÇA A ESCOLHA CERTA: **SE BEBER, NÃO DIRIJA.**

Use o cinto de segurança,
e respeite a sinalização e o limite de
velocidade. Quem dirige tem suas
escolhas. E também consequências.



Governo de
**Mato
Grosso**



negócio que compatibilizem a conservação dos biomas com o desenvolvimento econômico, enfrentando a crise climática com resiliência. Todos os estados precisam avançar na transição para uma agricultura mais sustentável, sob pena de comprometer nosso maior patrimônio, os recursos naturais e a biodiversidade.

Em todo o país, os órgãos de controle externo trabalham para ajustar a gestão pública aos novos paradigmas da sustentabilidade. Os Tribunais já estão orientando os gestores a incluir em suas ações os 17 objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O plano da ONU prevê o combate à pobreza, a diminuição da desigualdade social e ações para a conservação do solo, da água e do ar.

Os Tribunais de Contas têm competência constitucional para fiscalizar também os aspectos ambientais da gestão pública, e por isso têm papel relevante na jornada coletiva proposta pela ONU.

Ciente da sua responsabilidade como órgão de controle do único estado que abriga três biomas, o Pantanal, Cerrado e Amazônia, o Tribunal de Contas de Mato Grosso promove nesta segunda-feira (22) e terça-feira (23), o II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas: Desenvolvimento e Sustentabilidade. O evento, que dá sequência às discussões iniciadas em Manaus (AM) no ano passado, reunirá especialistas com atuação nacional e internacional na Fatec Senai-MT, em nove painéis temáticos e quatro palestras.

Teremos aqui os ministros do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, da Agricultura e Pecuária, Carlos Favaro, e do Tribunal de Contas da União Benjamin Zymler, além do presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), Cezar Miola, do presidente do TCE de Pernambuco (TCE-PE), Ranilson Ramos e do procurador federal membro da Advocacia Geral da União (AGU), Cezar Augusto Lima do Nascimento.

O Congresso tem o apoio da Atricon, do Instituto Rui Barbosa, do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Ministério Público estadual e do Senado, por meio do senador Wellington Fagundes, autor do projeto que cria o Estatuto do Pantanal.

A criação da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade do

“As alterações climáticas extremas em escala mundial, acenderam o alerta sobre o aquecimento global, suas causas e consequências. Promover o desenvolvimento sustentável já não é apenas uma meta, é uma questão de sobrevivência para a humanidade”

Tribunal de Contas de MT, que coordena este amplo debate sobre desenvolvimento com preservação ambiental, ampliou o diálogo sobre as políticas públicas com o estado e os municípios, e abriu frentes de ação junto a outras instituições.

Estamos diante do novo marco do saneamento, que busca a universalização do abastecimento de água, do tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Os 47 municípios da bacia do rio Paraguai, onde está o pantanal, abrigam mais de um milhão e setecentas mil pessoas que produzem 1.327 toneladas de resíduos sólidos por dia, a maior parte sem destinação adequada.

Por isso, a Comissão de Meio Ambiente está analisando as políticas de gestão de resíduos sólidos dos 141

municípios do estado para a execução dos planos de saneamento básico, a começar pela região pantaneira.

Temos a tecnologia e a expertise técnica para inovar e encontrar as soluções que a emergência climática exige. O olhar do desenvolvimento sustentável deve estar presente em todas as políticas públicas. O Brasil é o país com a maior biocapacidade do planeta.

Um diferencial cada vez mais valorizado, que também pode ser instrumento de progresso e justiça social.

É possível, necessário e urgente adotar políticas e ações equilibradas, capazes de transformar o modelo econômico a favor da sustentabilidade, sem penalizar o crescimento e o bem-estar social.

O desenvolvimento sustentável é da nossa conta. É da conta de todos. ■

“Os Tribunais de Contas têm competência constitucional para fiscalizar também os aspectos ambientais da gestão pública, e por isso têm papel relevante na jornada coletiva proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas)”

* **Sérgio Ricardo** é Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso



No começo éramos uma loja pequena e modesta, mas com ideias e sonhos do tamanho do mundo.

Hoje somos referência no mercado e todos os dias desejamos viver no novo, sem esquecer o que nos trouxe até aqui.



ESTA É A NOSSA
HISTÓRIA, HÁ



CASA  PRADO

Combate a incêndios florestais

O Governo de Mato Grosso prevê investir R\$ 38 milhões até o final de 2023 na estrutura de prevenção e combate aos incêndios florestais. Os recursos integram o Plano de Ação para Combate aos Incêndios Florestais e Desmatamento Ilegal, que é um planejamento anual do estado direcionado para atender às emergências ambientais. O objetivo central é reduzir a área atingida pelo fogo no estado e, com isso, preservar a vegetação nativa dos biomas matogrossenses. Conforme a secretária de Estado de Meio Ambiente, MaurenLazzaretti, as ações já estão sendo implementadas desde o início do ano pelas secretarias de Meio Ambiente, Segurança e principalmente pelo Corpo de Bombeiros Militar.



Assessoria

Proconde olho nos postos de combustível

A Secretaria Adjunta de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (Procon-MT), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), orienta os consumidores que adquiriram etanol do "Papai Auto Posto Cuiabá Ltda", de 31 de agosto a 11 de outubro de 2008, a buscarem indenização, judicialmente, por terem adquirido o combustível com margem de lucro superior a 20% no período. A orientação surge a partir da condenação do posto de combustíveis 'Papai Auto Posto Cuiabá Ltda pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), por meio da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular, na obrigação de não praticar venda de etanol aos consumidores com margem de lucro superior a 20%.



Assessoria

Rumo tem licença para 108,4 km

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente emitiu Licença de Instalação para a construção do terceiro trecho da 1ª Ferrovia Estadual de Mato Grosso. Com extensão de 108,4 km, a autorização permite a construção dos trilhos entre Juscimeira e Primavera do Leste. As licenças concedidas até agora somam cerca de 180 km de extensão, e permitem o avanço da construção pela Rumo S/A. No traçado, os trechos autorizados permitem a construção dos trilhos saindo de Rondonópolis, passando por Juscimeira, até Primavera do Leste.



Divulgação



Prolongamento da Avenida Parque do Barbado

O Governo de Mato Grosso já executou 68% da obra do prolongamento da Avenida Parque do Barbado, em Cuiabá. O projeto prevê uma nova via, com 700 metros de extensão ligando a Avenida das Torres até a Avenida Archimedes Pereira Lima, além da canalização do córrego do Barbado nesse trecho. Até o momento, todo o fundo do córrego já foi concretado e as equipes trabalham no assentamento das aduelas para canalização, na realização de aterros e drenagem da nova via. A obra é realizada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT) com um orçamento de R\$ 14,5 milhões.

Divulgação



Divulgação

MT e a transformação digital

Projeto que está sendo implementado pelo Governo de Mato Grosso foi selecionado para a 24ª Conferência Internacional Anual sobre Pesquisa em Governo Digital (dg.o 2023), maior evento de transformação digital do mundo. A solução, criada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), utiliza recursos de inteligência artificial para que o cidadão mato-grossense tenha uma recomendação personalizada de serviços, notícias e informações públicas. Segundo o titular da Seplag, Basílio Bezerra, a Pasta está acompanhando uma tendência mundial nos processos de comunicação e acesso à informação de acordo com as necessidades pessoais e sociais dos cidadãos.



Assessoria

Vigia Mais MT se torna referência

O programa Vigia Mais MT foi destaque na reunião das Câmaras de Meio Ambiente, Segurança Pública e Instituto de Terras realizada em 15 de junho, durante o 25º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que acontece em Cuiabá. O programa prevê a instalação de 15 mil câmeras de monitoramento em segurança pública nos 141 municípios do Estado. Os secretários de Segurança Pública dos nove estados da Amazônia Legal conheceram o programa em apresentação feita pelo secretário de Segurança Pública, César Roveri. Logo após, cinco secretários solicitaram reuniões individuais para conhecimento técnico do modelo de monitoramento digital que emprega a inteligência artificial na prevenção e repressão à violência.

Senadores processados

Os senadores que tiveram pedidos de representação aceitos são: 1) **Styvenson Valentim** (Podemos-RN), acusado de prática dos delitos de calúnia e difamação contrários à honra e dignidade da ex-deputada Joice Hasselmann; 2) Jorge Kajuru (PSB-GO), alvo de dois procedimentos, um do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que o acusa de divulgar gravação clandestina contra o ex-presidente Jair Bolsonaro; e outro do ex-senador Luiz do Carmo, que o acusou de divulgar informações falsas sobre parlamentares do estado de Goiás; 3) Cid Gomes (PDT-CE) acusado pelo atual presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), de ofender a "honra de outro parlamentar", devido a declarações feitas em 2019; 4) Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), alvo de representação feita pelo ex-deputado Daniel Silveira, por atentar contra a "instituição Presidência da República e diretamente ao Estado Democrático e de Direito, em entrevistas concedidas no curso da CPI da Covid no Senado; e5) Chico Rodrigues (PSB-RR), que, em outubro de 2020, foi flagrado com dinheiro na cueca durante buscas da Polícia Federal na residência do parlamentar.



Fábio é contra proposta da reforma tributária

O deputado federal **Fábio Garcia** (União-MT) se posicionou contra o atual texto do Projeto de Lei da reforma tributária (PL 2337/21). O parlamentar participou de uma reunião, na terça-feira (13.06), com o relator da matéria, Agnaldo Ribeiro (PP-PB), e governadores do Centro-Oeste, e destacou que Mato Grosso teria um grande prejuízo caso as mudanças contidas na proposta sejam aprovadas. De acordo com Fábio, que esteve acompanhado na reunião do governador Mauro Mendes (União-MT), o texto precisa ser analisado com cautela para que não haja uma desindustrialização das regiões em pleno desenvolvimento, caso de Mato Grosso, um dos estados com maior prejuízo diante das mudanças que estão sendo propostas.



Russi destaca o papel do líder comunitário

Trabalhar em prol da comunidade. Este é o papel desempenhado pelas lideranças comunitárias que buscam no dia a dia soluções para os problemas da sua região. Foi reconhecendo essa importância que o deputado **Max Russi** (PSB) participou, com o governador Mauro Mendes e a primeira-dama Virgínia Mendes, do 1º Encontro Regional com Líderes Comunitários, realizado na primeira semana de junho, em Cuiabá, referenciando o Dia Estadual do Líder Comunitário. O encontro reuniu mais de mil pessoas, que atuam na promoção do desenvolvimento e bem-estar dos bairros, especialmente quando se trata da implementação de políticas públicas.



Jayme e o Conselho de Ética

O Conselho de Ética do Senado aprovou na última quarta-feira (14.06) a abertura de processo contra cinco senadores. Ao todo, foram analisados 13 pedidos de representação, protocolados por parlamentares, partidos políticos e cidadãos. Presidente do Conselho, o senador **Jayme Campos** (União-MT) explicou que no exame de admissibilidade, seguiu rigorosamente os pareceres encaminhados pela Advocacia Geral do Senado. “O exame preliminar da admissibilidade não entra no mérito dos casos, mas apenas analisa questões formais, como legitimidade do autor e identificação do Senador e dos fatos imputados, contemporaneidade dos fatos com o período do mandato, e manifesta improcedência do pedido” – explicou o presidente do Conselho.



Divulgação

Jayme apoia indicação de Zanin

O senador Jayme Campos (União), recebeu o advogado Cristiano Zanin, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), pelo presidente Lula, e destacou que apoiará o mesmo para integrar a mais alta corte da justiça brasileira. Ainda esta semana, Jayme Campos comemorou aprovação do novo programa Minha Casa, Minha Vida, que beneficiará famílias que recebem até 8 mil reais mensais.



Divulgação

Flavinha, uma revelação

Assume no lugar de Juarez Costa a vereadora de Colíder, Flavinha, terceira suplente de deputada federal. Isso só foi possível porque foi articulada com a cúpula nacional do MDB e também Carlos Bezerra e Valtenir Pereira, primeiro e segundo suplentes, respectivamente, para que Flavinha pudesse assumir a cadeira de deputada federal. Revelação na política, Flavinha tem 32 anos, é advogada, vereadora e atual presidente da Câmara de Colíder. Em 2020 foi a segunda candidata a vereadora mais votada, eleita com 922 votos. Seus trabalhos na vereança possibilitaram que nas eleições de 2022, obtivesse cerca de 17.400 votos pela vaga de deputada federal, ficando na terceira suplência do partido (MDB).



Divulgação

Polêmicas na saúde suplementar

A judicialização como um dos principais desafios ao sistema de saúde brasileiro foi tema do painel 'Questões judiciárias polêmicas na saúde suplementar', debatido na VI Jornada de Direito da Saúde, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Comitê Organizador do Fórum Nacional para a Saúde (Fonajus), em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por meio do Comitê Estadual de Saúde do Poder Judiciário de Mato Grosso, presidido pela desembargadora **Helena Maria Bezerra Ramos**.

Divulgação



Mendes na VI Jornada de Direito da Saúde

O último painel da VI Jornada de Direito da Saúde, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça e sediado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso entre 15 e 16 de junho, teve como palestrante o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Gilmar Mendes**, que abordou o tema "Direito à saúde e questões sobre a judicialização no STF". Mendes iniciou sua explanação lembrando quando assumiu a presidência do STF e do CNJ e se deparou com a complexidade das demandas relativas às prestações de saúde, em especial o grande número de pedidos de liminares. Foi quando ele convocou uma audiência pública que durou seis dias e teve mais de 50 especialistas em saúde, resultando em novos parâmetros para o debate judicial no âmbito da saúde e na instituição do Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde. "Houve preocupação com parâmetros aptos a assegurar que a participação do Judiciário na constituição e reflexão sobre a política pública não seja errática ou desconsidere a estruturação legislativa na matéria", disse.

Assessoria



Proteção de vítimas e testemunhas de crimes

Mato Grosso agora é um dos oito estados brasileiros a contar com proteção de vítimas e testemunhas de crimes. A Secretaria de Estado de Assistência Social, o Ministério Público de Mato Grosso e o Instituto de Arte e Cidadania do Ceará assinaram Termo de Colaboração para o Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Mato Grosso. Assinaram a titular da Setasc, **Grasielle Paes Silva Bugalho**, os promotores de Justiça Vinícius Gahyva Martins, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores, e Henrique Schneider Neto, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar, Renan Souto Maior, defensor público da União e Monalice Araújo Batista, presidente do Instituto de Arte e Cidadania do Ceará, entidade responsável pela execução do projeto naquele Estado.

Divulgação





TJMT autoriza nomeação de mais 23 juízes

Para reforçar a prestação de serviços nas comarcas do Estado, a presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargadora Clarice Claudino da Silva, autorizou a nomeação de mais 23 candidatos para o cargo de juiz substituto. A solenidade de posse será realizada no dia 26 de julho de 2023. Com as nomeações, todos os postos de juízes(as) que estavam vagos no Primeiro Grau de Jurisdição ficam completos. Esse é um dos compromissos firmados pela presidente Clarice Claudino, com foco na prestação de serviço eficaz e célere, fortalecendo o planejamento de Priorização do Primeiro Grau, porta de entrada da população no Poder Judiciário de Mato Grosso, que são os fóruns das Comarcas, bem como o fortalecimento da magistratura no Estado.



Divulgação

Núcleo do MPE alerta sobre Etarismo

No dia 15 de junho, Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena, chamou atenção para um tipo de discriminação que, para muitos, parece ser algo natural, mas não é. O Etarismo, discriminação ou preconceito baseado na idade, seja contra pessoas mais jovens ou mais velhas, causa sofrimento e pode desencadear vários problemas, entre eles, quadros graves de depressão. A equipe do Vida Plena ressalta que para o enfrentamento ao Etarismo, muito comum no ambiente de trabalho, é importante algumas ações. Destaca que é preciso entender que o processo de envelhecimento é algo natural; não aceitar falas ofensivas e discriminatórias contra a pessoa idosa; não infantilizar ou tratar a pessoa idosa com falas pejorativas; ensinar aos mais novos sobre a cultura do respeito e valorização das pessoas idosas; denunciar a violência praticada contra a pessoa idosa.



Divulgação

Aborto: Defensoria Pública divulga nota técnica

A Defensoria Pública de Mato Grosso divulgou uma nota técnica sobre a inconstitucionalidade do projeto de Lei nº 711/2023, de autoria do deputado estadual Gilberto Cattani (PL), aprovado em primeira votação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso no dia 1º de junho, que cria o “programa de proteção do direito à vida da criança, desde a sua concepção (período de nascituro), até seu nascimento”, criminalizando todos os casos de aborto, até mesmo os previstos em lei. A nota é assinada pela defensora pública-geral, Luziane Castro, e pela defensora Rosana Leite, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem). “Embora a gente reconheça o importante trabalho da Assembleia Legislativa, neste caso a Defensoria Pública não poderia se omitir, porque estamos diante de uma lei que é flagrantemente inconstitucional”, pontuou Luziane.



Divulgação

Programa SER Família Mulher é reconhecido como exemplo para aprovação de lei federal



Primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, apresentou o programa em audiência pública no Senado Federal nesta quarta-feira

Vânia Neves

O apresentação do programa SER Família Mulher, feita pela primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes junto com a secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), Grasi Bugalho, em audiência pública interativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi muito aplaudida. A audiência foi requerida [ver páginas 14 e 15] pela senadora Margareth Buzetti, relatora do Projeto de Lei (PL)

4.875/2020, que tem a finalidade de alterar a Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006) para conceder auxílio-aluguel às vítimas de violência doméstica. A diretora-geral da Polícia Civil de MT, Daniela Maidel, também integrou a comitiva.

“É maravilhoso contribuir no âmbito nacional com uma pauta que é de todos nós. O combate à violência doméstica precisa ser amplo, e um dos pontos mais relevantes para que a mulher permaneça

perto do agressor é justamente a dependência financeira e a falta de oportunidade no mercado de trabalho”, avaliou a primeira-dama Virginia Mendes.

Idealizadora do SER Família Mulher, Virginia Mendes explicou que o programa dará condições para as mulheres saírem de perto do agressor e ainda se qualificarem.

“Com o SER Família Mulher vamos dar condições para as mulheres saírem de

“É maravilhoso contribuir no âmbito nacional com uma pauta que é de todos nós. O combate à violência doméstica precisa ser amplo, e um dos pontos mais relevantes para que a mulher permaneça perto do agressor é justamente a dependência financeira e a falta de oportunidade no mercado de trabalho”

perto do agressor com o auxílio pago pelo Governo do Estado, no valor de R\$ 600, e ainda dar a oportunidade para que a vítima em situação de violência e vulnerabilidade financeira possa se qualificar, sendo essa uma das condicionantes para permanência no programa. Agradeço o Governo de MT e, em nome do nosso parceiro, o deputado estadual Max Russi, à Assembleia Legislativa de MT pela aprovação da lei”, completou a primeira-dama.

Virginia enfatizou que a luta do combate à violência doméstica é ampla, e precisa ser discutida com mais rigor no âmbito federal. “Só vamos quebrar esse ciclo da violência a partir da união de esforços, principalmente com leis mais duras para os agressores, e, para isso, precisamos que homens e mulheres aqui em Brasília ampliem esse debate, porque, hoje, para o agressor é cômodo, enquanto a vítima é prisioneira de uma série de limitações”, ressaltou.

A senadora Margareth Buzetti agradeceu a participação da primeira-dama Virginia Mendes na audiência pública e destacou que o debate será fundamental para conclusão do projeto de lei.

“As audiências são extremamente

importantes para concluirmos esse projeto. Por isso eu trouxe o exemplo de Mato Grosso e agradeço imensamente a contribuição da primeira-dama Virginia Mendes com o programa SER Família, que é um laboratório e que já está dando certo. Acredito que, com esse debate, já vamos conseguir concluir e encaminhar para votação”, avaliou.

A ministra das Mulheres do Governo Federal, Cida Gonçalves, ressaltou a experiência de Mato Grosso, que avança no combate à violência doméstica. “Mato Grosso está conduzindo muito bem com a implantação de diretrizes para o combate à violência doméstica. O Estado traz uma experiência fantástica com uma política integral muito mais ampla, integrando todas as políticas sociais existentes. Parabéns à primeira-dama de Mato Grosso e ao governador por alocar recursos e colocar essa pauta como prioridade”.

Para a diretora-geral da Polícia Civil de Mato Grosso, Daniela Maidel, a ausência de renda é algo que precisa de atenção. “Me recordo que em 2006 iniciaram os diálogos acerca da violência doméstica. Ficamos satisfeitos com o combate na área criminal, porém esse é um problema complexo e exige solução complexa também. Não é apenas punir. A dependência financeira impede que o ciclo da violência seja quebrado”, observou.

Durante a audiência, a secretária Grasi Bugalho explanou sobre a implantação do programa e ressaltou que o diferencial do SER Família Mulher para o PL em discussão é a dinâmica do benefício, que não se trata de um auxílio exclusivo para o pagamento de aluguel, mas diferentes custeios relativos à moradia.

“No caso de Mato Grosso, a mulher terá acesso a um cartão para saque. Com isso, ela poderá pagar qualquer despesa, como uma conta de energia, de água, se vai morar com um amigo ou parente poderá ajudar nas despesas, por isso não é auxílio-aluguel. O objetivo é que a mulher tenha liberdade para usar esses recursos. A beneficiária ainda terá acesso a outros programas do governo do estado e federal”, detalhou. ■

A audiência foi muito concorrida, com a presença de membros da bancada federal de Mato Grosso, além de autoridades federais



Na audiência pública, a primeira-dama Virginia Mendes ao lado da senadora Margareth Buzetti, autora do requerimento

SER Família Mulher Programa do governo de Mato Grosso é apresentado no Senado e se torna referência nacional

Primeira-dama fala do SER Família Mulher e dos demais programas de assistência social idealizados por ela

Foi enorme a repercussão da presença da senhora na audiência pública do senado no debate sobre a dependência financeira da mulher. O programa SER Família Mulher teve grande aceitação e pode ser exemplo para o país.

Virginia Mendes – Sim. Estou muito feliz com a contribuição que o programa SER Família Mulher está dando para o projeto em discussão no Senado PL 4.875/2020, sob a relatoria da senadora Margareth Buzetti, com a finalidade de conceder o auxílio-aluguel às vítimas de violência doméstica. Nós mostramos na audiência pública interativo da Comissão de Assuntos Econômicos, que em Mato Grosso a lei aprovada nº 12.013/23, já prevê o auxílio-moradia, neste ponto avançamos e logo as vítimas de violência doméstica aqui do nosso estado terão acesso ao benefício, que também prevê a qualificação profissional. Acredito que a lei federal vai somar conosco, porque o benefício poderá ser acumulado. Acredito que nosso exemplo vai ajudar a contextualizar o texto do PL 12.013/23.

3 Poderes MT - Por favor, nos fale primeiramente sobre a sua participação na audiência, suas impressões sobre o debate e o que a senhora viu de resultados.

Virginia Mendes – Olha, foi maravilhoso contribuir no âmbito nacional com uma pauta que é de todos nós. É necessário que o combate à violência doméstica

“Estou muito feliz com a contribuição que o programa SER Família Mulher está dando para o projeto em discussão no Senado PL 4.875/2020, sob a relatoria da senadora Margareth Buzetti, com a finalidade de conceder o auxílio-aluguel às vítimas de violência doméstica”

seja discutido de maneira ampla. Eu percebi o interesse, acredito que essa pauta vai evoluir. Quando comecei a desenhar o programa SER Família Mulher, usei como base dados que mostram que a maioria das mulheres que permanecem perto dos agressores é pela dependência financeira, isso pesa muito na hora da mulher decidir sair de casa, fazer uma denúncia, especialmente quando envolve os filhos. Durante o debate tratamos da importância da independência financeira das mulheres vítimas de agressão e também abordamos a conscientização de homens para essa luta contra a violência doméstica. Ao meu ver essa audiência foi uma ferramenta positiva para conclusão do relatório final.

3 Poderes MT – A senhora idealizou e organizou praticamente todos os programas sociais do Governo de Mato Grosso. Por favor, explique como surgiram suas ideias e como as iniciou na prática.

Virginia Mendes – Agora veio um filme na minha mente. A maioria dos programas que projetei são ideias que tive a partir de ver o dia a dia das pessoas que mais precisam, ou que por algum motivo passam por dificuldades

“Acredito que a lei federal vai somar conosco, porque o benefício poderá ser acumulado”



Outra iniciativa importante de Virgínia Mendes é o SER Família Comunitário

financeiras, mas essas ideias vieram muito antes de eu me tornar primeira-dama do Estado. Sempre falei para o governador dos meus sonhos para que as crianças tivessem uma vida mais digna e oportunidade, nasceu o SER Família Criança; que os idosos pudessem desfrutar de uma vida melhor e ter a qualidade de vida que merecem, por meio do SER Família Idoso; para que as famílias que não têm casa própria pudessem ter o seu cantinho, com o SER Família Habitação; que as pessoas tivessem acesso à inclusão, aí temos o SER Família Inclusivo; os indígenas fossem assistidos e cuidados com mais atenção, com o SER Família Indígena; que as mulheres tivessem a atenção que merecem, temos o SER Família Mulher. Então nasceu o SER que é sigla dos três importantes pilares que temos no social: Superação, Esperança e Respeito. E todos os programas incluimos 'Família', porque a família é a base fundamental em nossa vida, e precisamos fortalecer em nosso dia a dia essa ideia. Agradeço o Governo do Estado por acreditar em nosso trabalho, as

“Mostramos na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos que em Mato Grosso a lei aprovada nº 12.013/23, já prevê o auxílio-moradia, neste ponto avançamos e logo as vítimas de violência doméstica em nosso estado terão acesso ao benefício, que também prevê a qualificação profissional”

peças envolvidas, técnicos e assessoria que nos auxiliam, porque ninguém faz nada sozinho.

3 Poderes MT- Por favor, descreva cada um dos programas sociais que a senhora idealizou.

Virgínia Mendes – Na pandemia tivemos um enorme desafio que foi dar auxílio as pessoas que ficaram impossibilitadas de trabalhar, algumas que perderam seus empregos, foi neste momento com a ajuda de voluntários, entidades e empresários iniciamos o Ser Família Solidário, que na época era denominado como 'vem SER Família Solidário', conseguimos num espaço curto de tempo arrecadar alimentos e produtos de higiene e limpeza para atender as pessoas em situação vulnerabilidade; posteriormente conseguimos por meio de lei o SER Família Emergencial, que foi um auxílio destinado as pessoas de baixa renda pago no período da pandemia, no valor de R\$ 150 pagos a cada dois meses, esse programa foi extinto em 8 dezembro de 2022, e passou a vigorar a nova lei 12.013/23, especialmente para famílias de baixa



No SER Família Criança, o benefício atende famílias com crianças em idade escolar, na faixa etária de até 12 anos

renda, com renda de até R\$ 105 e cadastrados no CadÚnico, denominada SER Família no valor de R\$ 220 pagos a cada dois meses, dentro do SER Família, nós temos auxílios que atendem grupos específicos: No SER Família Criança, o benefício de R\$ 220 atende famílias com crianças em idade escolar, na faixa etária de até 12 anos, e o valor é destinado a compra de vestuário, gêneros de primeira necessidade e materiais escolares, o SER Família Criança tem o projeto contraturno escolar, em Poconé implantamos o piloto com 504 crianças e adolescentes matriculados com atividades extracurriculares à exemplo de aulas de capoeira, música, balé, dentre outras e kits de uniformes e material escolar completos.

A expectativa é expandir o SER Criança a outros municípios. O SER Família Idoso o valor de R\$ 220 é destinado às pessoas idosas para a aquisição de alimentos e medicamentos, e além do cartão, eles são envolvidos em ações inclusivas e outros atendimentos; no SER Família Inclusivo o benefício de R\$ 220 é para as pessoas com deficiência, também para a compra de medicamentos e alimentos; e

“Durante o debate tratamos da importância da independência financeira das mulheres vítimas de agressão e também abordamos a conscientização de homens para essa luta contra a violência doméstica. Ao meu ver, essa audiência foi uma ferramenta positiva para conclusão do relatório final”

ainda são incluídos em atividades inclusivas, dentre outros atendimentos como ocorre com a carteirinha que dá benefícios e resguardam os autistas e a cartilha que faz parte do projeto 'Autismo na Escola' uma parceria que conta com o apoio da Secretaria de Estado de Educação; o SER Família Indígena tem a finalidade de valorizar os povos indígenas mato-grossenses, por meio de ações de cidadania e acesso aos diversos serviços públicos, tais como a emissão de documentos pessoais, e eles também têm direito ao auxílio de R\$ 220; já o SER Família Mulher é o auxílio -moradia para mulheres em situação de vulnerabilidade vítimas de violência doméstica, esse benefício tem uma peculiaridade, neste caso ele poderá ser acumulado com o SER Família.

Um ponto muito importante e que é critério determinante para que todos os auxílios sejam pagos aos beneficiários, eles têm como condicionante fazer cursos de qualificação profissional, além de outros critérios, que é manter o cartão de vacinação das crianças em



O SER Família Indígena valoriza os povos indígenas com ações de cidadania e acesso aos diversos serviços públicos

dia, a frequência escolar, e outros mecanismos indispensáveis.

Além desses programas nós temos o SER Família Capacita, com mais de 50 mil vagas para cursos de capacitação, uma parceria do Governo de MT com o SENAI-MT, distribuídos em todos os municípios do estado, é o maior investimento do Governo do MT em qualificação profissional; o SER Família Habitação aprovado por meio do Decreto nº 1.398/22, que prevê o repasse de recursos financeiros aos municípios para aquisição de materiais destinados a construção de unidades habitacionais para pessoas de baixa renda, onde 79 municípios aderiram ao programa, 57 formalizaram convênio, 14 municípios estão em fase de licitação e contratação, e 8 em fase de construção, um investimento de R\$ 250 milhões para 3.484 casas.

Também continuamos com as entregas do SER Família Solidário, que são cestas de alimentos e kits de higiene e limpeza, e ainda os filtros de barro para garantir a qualidade da água;

“A maioria dos programas que projetei são ideias que tive a partir de ver o dia a dia das pessoas que mais precisam, ou que por algum motivo passam por dificuldades financeiras, mas essas ideias vieram muito antes de eu me tornar primeira-dama do Estado”

atendendo tanto a baixada cuiabana, municípios e priorizando as entregas nas aldeias indígenas; o SER Família Aconcheço com a entrega de cobertores, de 2019 até agora já entregamos mais de 430 mil cobertores.

Quero também lembrar o Casamento Abençoado realizado em Cuiabá em 2021 com 1.500 casais, uma oportunidade aos casais de formalizar o matrimônio de maneira gratuita, para pessoas com renda de até três salários mínimos e cadastrados no CadÚnico, Além de possibilitar o fortalecimento da união familiar. Este ano o casamento abençoado em fase de organização será realizado no município polo Água Boa, onde 14 municípios serão contemplados com o número estimado de 500 casais.

Vale ressaltar o SER Família Comunitário, e outras ações que apoiamos. O que mais me motiva em todas as ações é que além das entregas que fazemos, dos programas disponibilizados aos que mais precisam, nós temos a oportunidade de levar carinho e atenção.

Além dos programas, conseguimos

Para os idosos
desfrutarem uma vida
melhor e ter a qualidade
de vida, foi criado o SER
Família Idoso



articular junto ao Governo do Estado o aumento histórico do cofinanciamento destinado ao CIB/SUAS. Em 2016 logo que o Mauro assumiu era R\$ 6 milhões ele colocou os repasses aos municípios em dia. Em 2022 saltou para R\$ 9 milhões e, este ano conseguimos ampliar para pouco mais de 300%, fechando o valor de aproximadamente R\$ 29 milhões, onde 50% do valor já foi repassado aos municípios. O cofinanciamento é um recurso imprescindível para que os gestores municipais façam o planejamento dos projetos.

3 Poderes MT- Como poderá ser uma parceria o projeto federal auxílio-aluguel do Governo Federal em relação ao programa SER Família Mulher?

Virginia Mendes – Bom, aqui em nosso estado o programa SER Família Mulher já foi aprovado e está em fase final a parte burocrática, logo, logo vamos começar as entregas dos cartões, com o projeto piloto com 400 mulheres com medida protetiva, esse programa será pago com recursos próprios do Governo

“O SER é sigla dos três importantes pilares que temos no social: Superação, Esperança e Respeito. E em todos os programas incluímos 'Família', porque a família é a base fundamental em nossa vida, e precisamos fortalecer em nosso dia a dia essa ideia”

de MT. Quanto ao projeto federal, nós vamos torcer para que seja aprovado e sancionado para que o valor destinado some com o auxílio do estado. São união de esforços, e quero aproveitar e ratificar que além dos auxílios, os parlamentares federais e estaduais, senadores e deputados, precisam propor leis mais duras aos homens, não adianta nós lutarmos apenas pela parte financeira, com auxílio aluguel, ajudar com as crianças, mas os agressores precisam de leis mais duras, vamos lutar por isso. Aqui em Mato Grosso nós contamos com uma união de esforços, de mulheres que estão em posições favoráveis para de fato ajudar as vítimas de violência doméstica, e penso que essa união é capaz de quebrar esse ciclo de violência. A mulher pode ser o que ela quiser, é livre para querer estar com quem escolher. As leis têm que ser mais rigorosas no sentido de inibir o agressor a cometer o crime, esse é o caminho para de fato resolver o problema de agressão a mulher e exterminar o feminicídio. ■



Governadores da Amazônia defendem uso sustentável das riquezas naturais

O protagonismo na defesa da região amazônica também está no posicionamento dos governadores contido no documento aprovado

Lucas Rodrigues

Os governadores que representam os nove estados amazônicos defenderam, no dia 16 de junho, que a Amazônia seja tratada de forma sustentável e estratégica para o Brasil e que o protagonismo de defender a região seja exercido por aqueles que lideram os estados que integram o bioma.

O posicionamento está contido na Carta de Cuiabá, elaborada em conjunto no 25º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, que engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato

Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

"Os Estados continuarão executando ações para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de cerca de 30 milhões de brasileiros que vivem na Ama-

zônia, com investimentos em segurança, saúde, educação, no social e meio ambiente", diz trecho da carta, assinada pelos governadores Mauro Mendes (Mato Grosso), Helder Barbalho (Pará), Wilson Lima (Amazonas), Gladson Cameli (Acre), Antônio Denarium (Roraima) e Clécio Luís (Amapá); pelo vice-governador de Rondônia, Sérgio Gonçalves; e pelos secretários de Estado de Meio Ambiente Pedro Chagas (Maranhão) e Marcello Lelis (Tocantins).

Na carta, os representantes dos estados reforçaram que farão todos os esforços para garantir que os potenciais e riquezas naturais da Amazônia "possam ser aproveitados de maneira sustentável e garantindo a proteção da floresta", de forma a "gerar melhorias significativas à população desses Estados".

"A Amazônia será tratada do ponto de vista estratégico para o Brasil, em todas as suas esferas: ambiental e de desenvolvimento sustentável e humano, dando voz às pessoas que vivem nessas localidades", consta em outro trecho.

Os governadores ainda reiteraram que "o protagonismo de defender a Amazônia será exercido por aqueles que de forma legítima representam os estados que integram esse bioma".

A carta será enviada ao Governo Federal para compor o posicionamento do governo brasileiro na Cúpula da Amazônia, que será realizada em agosto em Belém (PA).

ÍNTEGRA DO POSICIONAMENTO:

Nós, os governadores dos estados da Amazônia Legal, reunidos neste dia 16 de



Abertura do 25º Fórum de Governadores da Amazônia, ocorrido em meados de junho em Cuiabá



O Fórum reuniu governadores dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

"Os Estados continuarão executando ações para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de cerca de 30 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia, com investimentos em segurança, saúde, educação, no social e meio ambiente"

junho de 2023, em Cuiabá/MT, durante o 25º Fórum dos Governadores, apresentamos à sociedade e ao Governo Federal as nossas deliberações e subsídios ao posicionamento brasileiro na Cúpula da Amazônia, a realizar-se em agosto de 2023, em Belém/PA, entre os países da Pan-Amazônia e membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, e Suriname.

Em atenção ao pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e à atuação legal dos governos da Amazônia Legal em seus respectivos territórios, é essencial que o Governo Federal, em seu posicionamento para a Cúpula da Amazônia, leve em consideração o posicionamento conjunto dos nove estados consorciados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), que são objetos e agentes dos compromissos a serem estabelecidos, sobre temas relati-

vos ao meio ambiente, segurança pública, direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, crise climática, segurança energética e alimentar, produção com geração de emprego, renda e fomento a atividades que valorizem a floresta em pé.

A unidade dos governadores se manifesta em defesa dos interesses da Região Amazônica:

1. Os Estados continuarão executando ações para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de cerca de 30 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia, com investimentos em segurança, saúde, educação, no social e meio ambiente;

2. Estaremos envidando todos os esforços para garantir que os potenciais e riquezas naturais possam ser aproveitados de maneira sustentável e garantindo a proteção da floresta, para gerar melhorias significativas à população desses Estados;

3. A Amazônia será tratada do ponto de vista estratégico para o Brasil, em todas as suas esferas: ambiental e de desenvolvimento sustentável e humano, dando voz às pessoas que vivem nessas localidades;

4. O protagonismo de defender a Amazônia será exercido por aqueles que de forma legítima representam os estados que integram esse bioma.

5. Apoiamos a criação de uma Frente

Parlamentar Mista da Amazônia Legal, para que os Senadores e Deputados Federais dos estados da Amazônia Legal possam atuar na defesa dos interesses comuns da região no Congresso Nacional.

Os governos nacionais e subnacionais Pan-Amazônicos, em especial os Governos Federal e estaduais da Amazônia Legal brasileira, agora têm local e data para apresentar ao mundo os resultados de suas políticas públicas e ações para a região. O anúncio da escolha de Belém/PA como anfitriã da COP-30 pela ONU nos abre uma janela de oportunidades que se encerrará em dezembro de 2025. É neste sentido que pactuamos a colaboração mútua e pré-competitiva, a fim de que possamos construir e compartilhar soluções para os desafios comuns. Por isso, reivindicamos que as recomendações acima estejam representadas no posicionamento do Governo Federal durante a Cúpula, assim refletindo, de um lado, as nossas trajetórias, estratégias e colaborações; e, de outro, o empenho democrático que, seguramente, havemos de observar na articulação regional. Apenas pela atuação conjunta e estratégica poderemos viabilizar o combate à pobreza e o salto de desenvolvimento desejado para a região, impulsionado por uma economia sustentável que preserve o meio ambiente e contribua para a qualidade de vida na Terra. ■

Mais sobre Turismo Sustentável

Nesta segunda parte de sua série de artigos, a autora aprofunda na definição dos conceitos sobre Turismo Sustentável

Katya Regina Curvo Galitzki

Hoje em dia ouve-se muito falar em Turismo Sustentável, em suas diversas modalidades através da comunicação, como Rádio, TV, Jornais, etc.. Mas, será que a nossa geração, nossas comunidades, estão preparados e informados para este grande mutirão de cooperação para com a nossa Natureza, como árvores, rios, florestas, enfim, nossa fauna e flora?

Nossas comunidades - e porque não dizer nós todos - estamos ajudando a ter uma cidade, um estado, uma nação e, porque não dizer, o mundo do qual habitamos em sermos mais generosos nessa causa sustentável?

Lembrando que precisamos manter limpo, desde o ambiente da nossa casa, da nossa cidade, enfim, para não depredarmos consciente ou inconscientemente o meio ambiente. Falo isso, porque um ambiente depredado, sujo, para ele voltar a sua normalidade, a sua origem, leva de 80 a 100 anos para ele se recuperar.

O que é o Turismo Sustentável que tanto ouvimos falar?

Começando pela palavra Turismo, o que significa:

- **Turismo** – É a Arte de Bem Receber. É um conjunto que engloba viagens de pessoas para outras cidades, países, vários locais de destino que elas idealizam, sonham em um dia conhecer, bem como suas despesas locais.

O Turismo em si, ele é uma atividade crescente, e porque não dizer é um Boom de negócios onde gera emprego, renda, divisa, e passa a ser um negócio lucrativo não só para a iniciativa privada, como promove a valorização sociocultural, pois concilia desenvolvimento e potencialização, atraindo investimentos e desenvolvimento para os donos de Pousadas, Restaurantes, Hotelaria, Transporte, onde um Turismo bem planejado, com estratégias, atrativos locais, ajuda de Guias especializados, Sinalizações locais, vão contribuir muito



“O Turismo em si, ele é uma atividade crescente, e porque não dizer é um Boom de negócios onde gera emprego, renda, divisa, e passa a ser um negócio lucrativo não só para a iniciativa privada, como promove a valorização sociocultural, pois concilia desenvolvimento e potencialização, atraindo investimentos e desenvolvimento”



para o bom andamento e desenvolvimento do Turismo, em qualquer região do País, daí ser Sustentável.

- **Sustentável** – são maneiras de viajar e descobrir um destino, respeitando a cultura, meio ambiente e pessoas, preservando as tradições locais, com objetivos de atender as necessidades dos turistas e das comunidades receptoras.

3 PILARES

O Turismo Sustentável trabalha com 3 pilares, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), abordando as necessidades dos turistas (da indústria, do meio ambiente e das

comunidades locais):

- 1 – O Ambiental
- 2 – O Sócio Cultural
- 3 – O Econômico

Daí o nome ser Sustentável, ao invés de explorar somente os destaques turísticos, os viajantes se tornam mais consciente de suas ações evitando o Turismo em massa, e valorizando o máximo o tempo que tem, que possuem para usufruir no local.

Esse estilo de viagem, tem muito impacto positivo no Turismo Sustentável.

Concluindo, vamos cada um fazer a sua parte, não jogando lixo nas ruas, nos rios, nas cachoeiras, nos ambien-

tes de Flora na Praia, na cidade. Cada um cuidando do seu lixo. Isso a Natureza vai agradecer e teremos um meio ambiente qualificado, bem melhor para nossos filhos, netos e futuras gerações, e, porque não dizer, dando exemplo em sua comunidade local e aos Turistas que nos vem visitar. ■

* **Katya Regina Curvo Galitzki** é pós-Graduada “Latu Sensu” – Administração de Turismo e Lazer, pela Universidade Federal de Joinville/SC, proprietária da CONEXÃO TURISMO MT – Agência de Viagem e Turismo em Cuiabá/MT e atua há 15 anos no Mercado.



Saúde Mental e Alteridade

E A alteridade é um conceito importante quando falamos sobre saúde mental. Significa enxergar no outro não apenas alguém diferente de nós, mas também alguém que pode contribuir para o nosso próprio crescimento e realização pessoal. É perceber que ao conviver com pessoas diferentes, podemos aprender e nos enriquecer como indivíduos. Quando enxergamos alguém com os olhos da alma, estamos indo além da simples visão física. Estamos reconhecendo o valor humano presente em cada pessoa. Enxergar dessa forma é sentir empatia, é se importar com o outro e valorizar a sua individualidade. É perceber o outro como a chave para o autoenriquecimento. Alteridade é, portanto, se alterar com a experiência da convivência.

A diversidade é um conjunto plural de pessoas com características, origens e experiências distintas. É importante reconhecer essa diversidade e respeitar as diferenças entre as pessoas. Porém, só a diversidade não é o suficiente. Precisamos garantir a inclusão, ou seja, trazer todas essas pessoas para posições de destaque e protagonismo. Ao promover a convivência e o aprendizado mútuo, a alteridade possibilita que cada pessoa compartilhe suas experiências e práticas, enriquecendo o todo. Cada indivíduo tem algo valioso para oferecer, e é por meio da colaboração entre as diferentes individualidades que o progresso acontece. Nesse contexto, é fundamental desenvolver a sensibilidade humana. Isso significa compreender que o progresso não está na competição desenfreada, mas na colaboração entre as pessoas. Quando valorizamos a diversidade e trabalhamos em conjunto, temos a

oportunidade de construir caminhos para o sucesso e criar uma sociedade mais justa. Esse é o espírito da coletividade: a exaltação das individualidades, unidas, para construir caminhos para o sucesso.

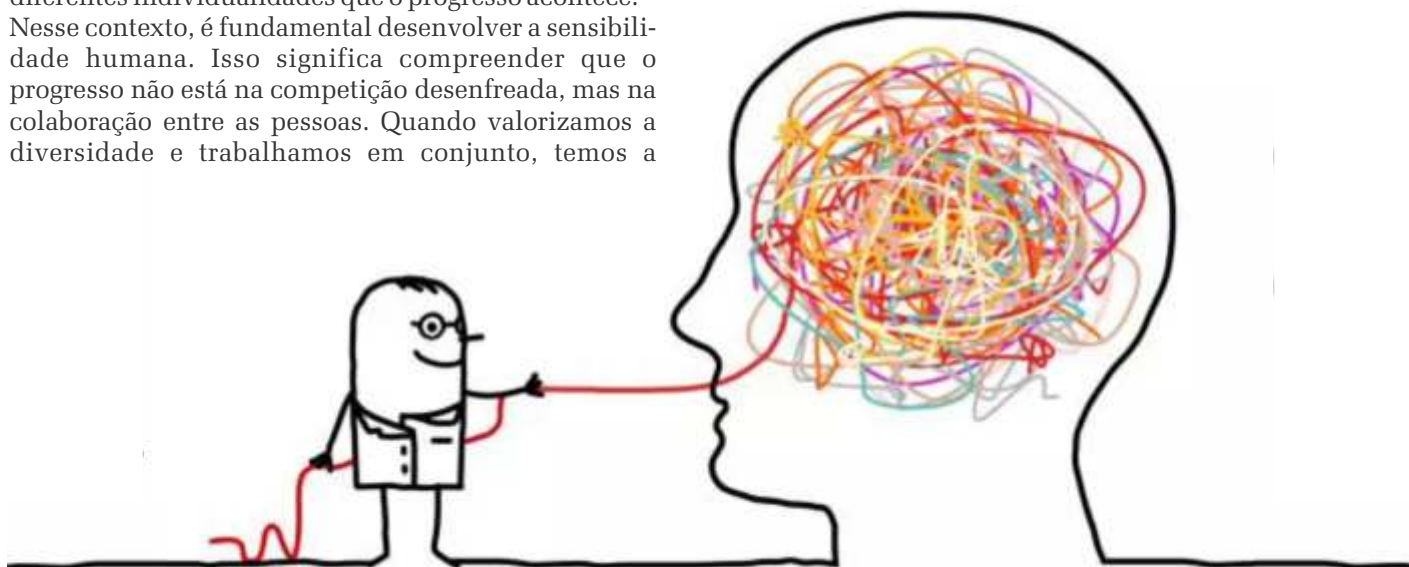
Vivemos em uma era maravilhosa de inovação e avanços tecnológicos, em que a inteligência artificial assume muitas tarefas técnicas. No entanto, a criatividade e a inovação continuam sendo atributos exclusivos dos seres humanos. A essência criativa da humanidade não pode

ser reduzida a algoritmos.

Portanto, a inclusão é essencial para o progresso social. Ela impulsiona a criatividade e as habilidades de interação entre as pessoas. Para construir uma sociedade sustentável, inclusiva e justa, é necessário que todos nós nos unamos nesse propósito. Juntos, podemos criar estruturas sociais que valorizem a diversidade, promovam a inclusão e permitam que cada pessoa seja protagonista de sua própria história. ■

“Os Tribunais de Contas têm competência constitucional para fiscalizar também os aspectos ambientais da gestão pública, e por isso têm papel relevante na jornada coletiva proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas)”

***André Naves** é Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; Mestre em Economia Política



Escolha um veículo com a marca RDM e
conheça todos os caminhos de Mato Grosso.



- Portal
- Podcast
- Rádio
- Televisão
- Revista
- Jornal

GRUPO **RDM**
REDE DE MÍDIAS

**O FIM DA
VIOLÊNCIA
NAS ESCOLAS
COMEÇA COM O**



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por meio do Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa (NUGJUR), está estimulando a política pública de pacificação social por meio dos Círculos de Construção de Paz nas escolas. O programa oferece diálogo qualificado onde todos podem falar e ser ouvidos, permitindo, assim, a prevenção de conflitos e o fortalecimento dos laços entre alunos, professores e familiares.



A sua escola também pode fazer parte deste **movimento circular pela paz.**

É hora do ciclo de violência dar lugar ao **Círculo de Paz.**

 (65) **99222-9757** SOMENTE MENSAGENS

Iniciativa:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MATO GROSSO

Apoio:



ALMT
Assembleia Legislativa



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?